



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
04 de dezembro de 2025**

Local: Sede do CMDCA – Avenida JK, 2882

Data: 04 de dezembro de 2025

Horário: 8h30

1 Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se,
2 no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, a reunião ordinária
3 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina –
4 CMDCA. A reunião foi iniciada às 08h 56. Foi justificada a ausência dos conselheiros:
5 Claudia Veiga Prazeres; Denise Morselli Fernandes Caldeirão; Priscila Possidente
6 Monteiro Brazão Rosangela Radis. Constando 04 votos para quórum e 17
7 conselheiros de direitos presentes. Após cumprimentar os conselheiros, o presidente
8 Claudio Marcio de Melo apresentou a proposta de pauta: **Proposta de Pauta: 1.**
9 **Apresentação e aprovação da proposta de pauta; 2. Aprovação das atas da**
10 **reunião extraordinária e ordinária do dia 27/11/2025, aprovada com duas**
11 **abstenções na extraordinária e uma abstenção na ordinária; 3. Apresentação**
12 **estágios UEL- CMDCA; 4. Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI); 5.**
13 **Relatório de atividades 2025 – CMDCA; 6. Deliberação sobre reserva de recursos**
14 **do FMDCA para Edital; 7. Relato de Comissões; 8. Informes.** A proposta de pauta
15 foi aprovada por unanimidade. A plenária aprovou as atas ordinária e extraordinária
16 referente ao dia de 27/11/2025, com 2 abstenções. Passando ao próximo ponto da
17 pauta, foi realizada a apresentação dos estágios de psicologia da UEL, conduzida
18 pelos estudantes Vitor e Luiz Guilherme, que relataram as atividades desenvolvidas
19 no âmbito do estágio realizado com adolescentes atendidos no Serviço de
20 Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O estágio teve como foco o
21 fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes, alcançando aproximadamente
22 100 adolescentes, com idades entre 12 e 18 anos, nos seguintes serviços: SCFV
23 Marista, EPESMEL e Guarda Mirim. A intervenção foi conduzida de forma lúdica, com
24 a construção de cartazes e a realização de rodas de conversa sobre os direitos
25 fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Durante as
26 atividades, houve relatos espontâneos de alguns adolescentes, os quais foram
27 devidamente encaminhados conforme o fluxo de proteção de crianças e adolescentes
28 vítimas ou testemunhas de violência. Os estudantes apresentaram ainda alguns
29 pontos destacados pelos adolescentes, entre eles: Críticas às escolas cívico-militares
30 e escolas integrais, especialmente quanto à imposição de regras relacionadas a cortes
31 ou cores de cabelo, uso de maquiagem, unhas e vestimentas; Alimentação escolar,
32 com reclamações sobre a repetição constante dos alimentos servidos; Desigualdades
33 regionais, apontadas a partir das vivências e comparações entre territórios. Ruth
34 Piveta ressaltou que este estágio atende a uma demanda do CMDCA no processo de
35 revisão e monitoramento das metas do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do
36 Adolescente, trazendo a perspectiva do público-alvo — crianças e adolescentes. Foi
37 informado que o relatório final do estágio será incorporado ao relatório do Plano
38 Decenal, contribuindo para a consolidação das análises e recomendações. A
39 conselheira Sílvia Alapanian parabenizou o trabalho realizado pelos estagiários e
40 ressaltou a importância da sistematização dos dados coletados, destacando que tais
41 informações contribuem significativamente para o aprimoramento das políticas
42 públicas voltadas à infância e adolescência. O conselheiro de direito Paulo apontou



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
04 de dezembro de 2025**

43 questões relacionadas aos serviços que não alcançam os territórios rurais,
44 mencionando dificuldades como a falta de professores e limitações no transporte,
45 fatores que prejudicam o acesso e a continuidade das ações junto às crianças e
46 adolescentes dessas regiões. Dando continuidade, passou-se à apresentação do
47 estágio “Intervenção Clínica do Trabalho no Conselho Tutelar”, conduzida pela
48 estudante Giovana. O estágio foi desenvolvido a partir de observações, entrevistas e
49 aplicação de questionários, realizados no período de 09/09 a 11/11/2025, no Conselho
50 Tutelar Sul de Londrina, contando com a participação de três conselheiros tutelares.
51 O objetivo da intervenção foi compreender as dimensões invisíveis do trabalho real,
52 oferecendo um espaço de escuta qualificada aos conselheiros, com foco na análise
53 da organização do trabalho, das vivências laborais e das relações institucionais. Entre
54 os principais pontos apresentados, destacam-se: Lacuna entre o trabalho prescrito e
55 o trabalho real, evidenciando diferenças entre o que está previsto em lei e a forma
56 como as atividades são, de fato, executadas no cotidiano do Conselho Tutelar.
57 Sofrimento, prazer e psicodinâmica do trabalho, com ênfase nos conflitos vivenciados
58 entre o “ideal” e o “possível” diante das situações de violência e violação de direitos
59 atendidas pelos conselheiros. Transformação do sofrimento, que depende de
60 processos de colaboração, reconhecimento e estratégias coletivas, apontando a
61 importância da construção de ambientes de apoio e troca profissional. A saúde no
62 trabalho foi apresentada como fortemente vinculada ao coletivo, evidenciando que o
63 suporte entre pares e a articulação institucional são fatores essenciais para o bem-
64 estar laboral. Foram identificados elementos de renormatização, como: fortalecimento
65 da comunidade e dos núcleos familiares; construção, articulação e aprimoramento da
66 rede de proteção; adaptações criadas pelos conselheiros para lidar com demandas
67 complexas e volume de trabalho. A estudante destacou que a análise permitiu
68 compreender desafios, potencialidades e estratégias produzidas pelos profissionais
69 para manter a eficácia do trabalho, mesmo diante das adversidades estruturais e
70 emocionais. O próximo estágio foi apresentado pelo estudante Pedro Henrique,
71 intitulado “Clínica do Trabalho no Conselho Tutelar Norte de Londrina”. A aproximação
72 com o Conselho Tutelar Norte revelou um trabalho vivo, marcado por urgências,
73 mediações constantes e decisões que exigem sensibilidade e discernimento por parte
74 dos conselheiros. O objetivo central da intervenção foi promover um processo de
75 reflexão coletiva sobre o trabalho do conselheiro tutelar, valorizando as práticas já
76 existentes e ampliando a compreensão sobre o fazer profissional no contexto da
77 proteção de crianças e adolescentes. A metodologia adotada envolveu: observações
78 do cotidiano institucional; participação em formações e reuniões; escutas e conversas
79 com conselheiros; levantamento conjunto de situações que geram dúvidas, tensões e
80 invenções no processo de trabalho; devolutivas orientadas à reflexão coletiva e ao
81 fortalecimento do grupo. Considerações finais da apresentação: A experiência de
82 estágio evidenciou o valor humano, técnico e social do trabalho desenvolvido pelo
83 Conselho Tutelar. A clínica permitiu olhar atentamente para a atividade real,
84 reconhecendo esforços, histórias, desafios e construções coletivas que sustentam o
85 trabalho cotidiano dos conselheiros. Na sequência, a professora Ana Claudia Roosli
86 Barbora agradeceu a participação dos estudantes nos espaços institucionais e
87 destacou a relevância das análises desenvolvidas. A conselheira de direito Sílvia
88 Alapanian ressaltou a importância de que esses trabalhos sejam avaliados e



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
04 de dezembro de 2025**

89 analisados pela Comissão de Acompanhamento do Conselho Tutelar, com vistas a
90 identificar o perfil profissional que possa atender de forma contínua e efetiva as
91 necessidades dos conselheiros, para além do caráter temporário dos estágios. A
92 conselheira tutelar Patrícia Mafalda a agradeceu o trabalho do estagiário Pedro
93 Henrique, destacando a importância da intervenção, o fortalecimento do grupo e o
94 vínculo construído com a equipe. A conselheira tutelar Elen Luz também agradeceu à
95 estagiária Giovana pelo trabalho desenvolvido no Conselho Tutelar Sul. Encerrando
96 este ponto, a secretária executiva Ruth agradeceu a todos os estagiários e à
97 professora Ana Claudia, enfatizando o quanto esses estágios contribuem para o
98 fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente,
99 reafirmando que o espaço permanece aberto para futuras parcerias. No próximo ponto
100 de pauta, referente à apresentação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI),
101 registrou-se que os servidores responsáveis pela apresentação não compareceram,
102 sendo necessária a alteração da ordem da pauta. Diante disso, passou-se ao item
103 seguinte: **Deliberação sobre a reserva de recursos do FMDCA para Edital**, sendo
104 a proposta aprovada por unanimidade pelos conselheiros. O conselheiro Paulo,
105 representando a Comissão do Fundo, apresentou a construção de uma resolução que
106 dispõe sobre a utilização de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais)
107 dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fonte
108 880, autorizando a realização de chamamento público destinado à implementação de
109 ações voltadas à promoção da Política da Criança e do Adolescente no Município de
110 Londrina. Na sequência, o conselheiro José Wilson contextualizou que a principal
111 preocupação do CMDCA é garantir que os recursos sejam efetivamente destinados
112 às crianças e adolescentes, alinhando-se aos objetivos do Sistema de Garantia de
113 Direitos. O conselheiro de direito Claudio destacou que, desde que a aplicação dos
114 recursos atenda ao disposto no artigo 87 do ECA e esteja em conformidade com o
115 Plano Decenal, a Comissão manifesta parecer favorável. Foi informado que o parecer
116 da Comissão do Fundo sobre a resolução é favorável. Procedeu-se à leitura integral
117 da resolução, e, após a leitura, a plenária foi consultada sobre o posicionamento dos
118 conselheiros. A conselheira Ruth sugeriu que, no processo de elaboração do edital,
119 haja participação de conselheiros de direitos ou de servidores designados pelas
120 diversas secretarias, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social,
121 responsável pela condução técnica do edital. Encaminhada a votação, a resolução foi
122 aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Ruth também esclareceu o
123 rito posterior à aprovação da resolução, informando que o próximo passo será a
124 elaboração do edital, observando os critérios e diretrizes deliberados pelo Conselho.
125 Dando sequência à pauta, passou-se ao Relatório de Atividades, apresentado pela
126 secretária executiva Ruth Piveta, que expôs as ações realizadas pelo CMDCA ao
127 longo do ano. A secretária informou que o atendimento ao público ocorreu de segunda
128 a sexta-feira, no horário das 08h às 14h, com a atuação da secretaria executiva e de
129 uma técnica de gestão pública. Foram registradas por esta plenária: 20 reuniões
130 ordinárias e 9 reuniões extraordinárias do CMDCA. Destacou-se a participação de
131 crianças e adolescentes no ato público alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Abuso
132 e Exploração Sexual. Atividades das Comissões e da Diretoria: Diretoria do CMDCA:
133 38 reuniões oficiais; Comissão de Cadastro: 24 reuniões, 10 visitas institucionais e 5
134 reuniões de atendimento; Comissão de Monitoramento e Avaliação: 10 reuniões e



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
04 de dezembro de 2025**

135 visitas técnicas; Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Tutelares: 9 reuniões
136 (dados finais a serem inseridos pela secretaria executiva); Comissão de Legislação:
137 16 reuniões; Comissão de Divulgação: 7 reuniões. Representações do CMDCA em
138 Comitês e Grupos de Trabalho: Participação em reuniões dos Comitês Municipais e
139 no Comitê de Acompanhamento do Plano Decenal (7 reuniões); Participação no
140 Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e
141 Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, com 16 reuniões realizadas; 16
142 formações ofertadas à Rede de Proteção sobre o fluxo de atendimento; 2 formações
143 sobre Escuta Especializada; Realização do 1º Encontro Interdisciplinar sobre
144 Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes com estudantes da UEL;
145 Atuação no Grupo de Trabalho da Revelação Espontânea, com elaboração de cartilha
146 orientativa aos trabalhadores da rede. Formações e eventos: Foram realizadas
147 formações direcionadas aos conselheiros tutelares, utilizando metodologia composta
148 por palestra e duas oficinas, abordando os temas: Direito à Saúde, Educação e
149 Trabalho. Outras ações relevantes: Elaboração do Projeto de Lei do CMDCA;
150 Elaboração, aprovação e publicação do Relatório Final do Plano Decenal de
151 Atendimento Socioeducativo; Participação no Seminário de Revisão e Elaboração do
152 Plano Nacional do SINASE; Participação na Caravana Estadual dos Direitos da
153 Criança e do Adolescente; Participação no Fórum Estadual de Revisão do Plano
154 Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual; Participação na elaboração do Plano
155 Municipal pela Primeira Infância (PMPI). A rede intersetorial promoveu eventos
156 descentralizados, incluindo ações de panfletagem e participação no ato público
157 alusivo ao dia de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e
158 adolescentes, além de parceria com o SESCAP. Outras ações relevantes: Elaboração
159 do Projeto de Lei do CMDCA; Elaboração, aprovação e publicação do Relatório Final
160 do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo; Participação no Seminário de
161 Revisão e Elaboração do Plano Nacional do SINASE; Participação na Caravana
162 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Participação no Fórum Estadual
163 de Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual; Participação na
164 elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). O Relatório na íntegra
165 segue em anexo a esta ata. **No ponto de pauta referente ao Plano Municipal pela
166 Primeira Infância (PMPI)**, registrou-se a presença de servidoras da Secretaria
167 Municipal de Educação. A servidora Mirna iniciou a apresentação relatando a
168 incumbência da Secretaria em articular a elaboração do Plano Municipal pela Primeira
169 Infância, destacando a importância da leitura atenta do documento pelos conselheiros
170 e reforçando o convite para participação na Audiência Pública, a ocorrer em 12 de
171 dezembro, às 19h. Durante a apresentação, o conselheiro Edvaldo Viana questionou
172 se os dados e metas anuais do plano estavam devidamente definidos no documento.
173 A servidora Jane esclareceu que as informações e indicadores já constam no plano
174 apresentado. Considerando a solicitação de informações adicionais, ficou deliberado
175 que o CMDCA irá oficializar a Secretaria Municipal de Educação, solicitando dados
176 referentes à demanda de vagas para creche para o ano de 2026. Fábio Sato
177 perguntou sobre o monitoramento do PMPI. A equipe da Secretaria informou que o
178 plano prevê um processo de monitoramento contínuo, que será conduzido por um
179 comitê específico, cuja responsabilidade ficará sob a Secretaria Municipal de
180 Educação. Por fim, Mirna reafirmou que o Plano Municipal pela Primeira Infância é



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
04 de dezembro de 2025**

181 direcionado a todas as crianças do município, reforçando sua abrangência intersetorial
182 e sua importância para a garantia dos direitos da primeira infância. Como
183 encaminhamento do Conselho, ficou definido que, após a Audiência Pública a ser
184 realizada no dia 12/12, a Secretaria Municipal de Educação deverá encaminhar ao
185 CMDCA o Plano Municipal pela Primeira Infância finalizado, para que o documento
186 seja submetido à votação em reunião *ad referendum*. Relatos das Comissões: A
187 conselheira Hiléli de Souza Resende Beme, representante da Comissão de
188 Monitoramento, relatou a visita realizada ao CENSE I, informando que, no momento,
189 as adolescentes do sexo feminino estão sendo atendidas apenas em período de
190 transição, situação que demanda atenção do Conselho. Diante do exposto, foi definido
191 como encaminhamento o envio de ofício à Secretaria de Justiça, solicitando
192 informações e providências referentes ao atendimento das meninas no sistema
193 socioeducativo. Comissão de Cadastro, relatado pela conselheira Fernanda Manella.
194 Foi apresentado o requerimento do CENSE I, referente à renovação de cadastro na
195 modalidade de medidas socioeducativas, especificamente na área de execução de
196 medidas socioeducativas de privação de liberdade. A Comissão emitiu parecer
197 favorável, com validade de 24 meses, condicionada ao cumprimento das
198 determinações judiciais e ao indicativo de monitoramento contínuo. Submetido o
199 parecer à plenária, procedeu-se com a votação, sendo aprovado. A conselheira
200 Fernanda Manella relatou ainda sobre a análise dos requerimentos realizados:
201 Requerimento – Renovação de registro do Marista Escola Social Irmão Acácio, na
202 modalidade de Serviço de Convivência Fortalecedor de Vínculo. Parecer da comissão
203 favorável pelo prazo de 36 meses. Aprovado pela plenária com uma abstenção.
204 Requerimento de renovação de registro do Centro de Educação Infantil Maria Helena
205 de castro Costa Januário 1 e do Centro de Educação Infantil Maria Helen Januário 2,
206 na modalidade de educação infantil. Parecer da comissão, favorável por 18 meses.
207 Aprovado pela plenária com unanimidade. Requerimento de renovação de registro da
208 Associação Solidariedade Sempre. Parecer da comissão favorável por 36 meses.
209 Aprovado pela plenária com unanimidade. Requerimento de registro na modalidade
210 de defesa e garantia de direitos do Instituto Brasileiro de Educação e Terapia Assistida
211 por Animais. Parecer da comissão favorável pelo prazo de 12 meses, com indicação
212 de visita de acompanhamento da comissão de monitoramento. Aprovado pela
213 plenária. Requerimento de registro na modalidade de defesa e garantia de direitos na
214 área da saúde do Hospital Sagrada Família. Parecer da comissão favorável pelo
215 prazo de 12 meses, com indicação de visita de acompanhamento da comissão de
216 monitoramento. Aprovado pela plenária. Requerimento renovação de registro na
217 modalidade de programa de aprendizagem profissional da Associação de Ensino
218 Social Profissionalizante ESPRO. Parecer da comissão favorável pelo prazo de 24
219 meses, com indicação de visita de acompanhamento da comissão de monitoramento,
220 objetivando aumentar o quantitativo de adolescentes inseridos no programa.
221 Aprovado pela plenária. Requerimento renovação de registro e autenticação dos
222 seguintes cursos, todos com carga horária de 4 horas: 1. Arco Ocupacional de
223 Serviços Administrativos com ênfase no cooperativismo, faixa etária de 14 a 18 anos;
224 2. Arco Ocupacional Serviços Administrativos, faixa etária 14 a 18 anos; 3. Arco
225 Ocupacional de FULL STACK, faixa etária 14 a 18 anos e 4. Arco Ocupacional de
226 Comércio Atacadista e Varejista, faixa etária de 14 a 18 anos. Parecer da comissão



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
04 de dezembro de 2025**

227 Favorável pelo prazo de 12 meses com indicação de acompanhamento da comissão
228 de monitoramento. Aprovado pela plenária com uma abstenção. Requerimento de
229 renovação de registro, na modalidade de educação inclusiva do Centro Ocupacional
230 de Londrina. Parecer da comissão favorável pelo prazo de 18 meses. Aprovado pela
231 plenária com unanimidade. Requerimento de registro da Federação Paranaense de
232 Taekwondo. Parecer da comissão de arquivamento do processo com orientações que
233 as escolas solicitem registro. Informes: Izabel Cristina Garcia, assistente social,
234 relatou preocupações referentes ao desmonte do SUAS e aos contingenciamentos
235 ocorridos, informando que foi encaminhada uma carta ao CMDCA com o objetivo de
236 fortalecer a política de Assistência Social. O presidente Claudio destacou que o
237 Conselho participou desde o início na defesa dos direitos da criança e do adolescente,
238 reafirmando que o CMDCA sempre esteve presente e comprometido com a garantia
239 de direitos. Na sequência, a conselheira tutelar Yaffa Dantas informou que três
240 conselheiras tutelares foram ameaçadas de morte pela genitora de uma criança
241 durante um atendimento. Na ocasião, mesmo com a presença da Guarda Municipal,
242 não foi possível realizar o acolhimento da criança naquele momento. Posteriormente,
243 com a expedição de liminar judicial, o acolhimento foi efetivado; contudo, novamente,
244 com a presença da Polícia Militar, a genitora voltou a realizar ameaças. Foi registrada
245 preocupação quanto à sede do Conselho Tutelar Centro, que não possui rota de fuga,
246 representando risco à segurança dos profissionais. Orientado que o Conselho Tutelar
247 Centro envie formalmente pedido de providência para SMAS e Secretaria Municipal
248 de Defesa Social. A Comissão de Acompanhamento realizará uma solicitação à
249 Guarda Municipal para que sejam feitas especificações e orientações técnicas de
250 segurança nas sedes, conforme previamente alinhado com a Diretoria executiva.
251 Nada mais havendo a tratar, o presidente Claudio Márcio de Melo agradeceu a
252 presença de todos, e eu, Patrícia Baltieri, na qualidade de Conselheira de Direitos e
253 2ª secretária, concluo a presente ata desta reunião, encerrada pelo presidente do
254 CMDCA.